

**OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ**  
**DEMANDAS REGISTRADAS COMO ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)**  
**PERÍODO: JANEIRO a DEZEMBRO/2019**

<b>DATA REGISTRO</b>	<b>Nº PROTOCOLO</b>	<b>GÊNERO SOLICITANTE</b>	<b>RESUMO DEMANDA</b>	<b>SOLICITAÇÃO ATENDIDA?</b>	<b>JUSTIFICATIVA NÃO ATENDIMENTO.</b>	<b>HOUE RECURSO?</b>
10/01/2019	2874/2019	FEMININO	Solicita responder questionário sobre a área financeira do tribunal.	SIM	–	NÃO
08/03/2019	30254/2019	MASCULINO	Solicita informações sobre o concurso de 2014.	SIM	–	NÃO
08/03/2019	30251/2019	FEMININO	Solicita informações sobre procedimento utilizado pelo tribunal sobre o tópico 45, anexo II, da Resolução 215/2015.	SIM	–	NÃO
13/03/2019	32369/2019	MASCULINO	Solicita dados estatísticos sobre homens reincidentes na prática do crime de violência doméstica.	SIM	–	NÃO
28/03/2019	40976/2019	MASCULINO	Solicita as seguintes informações sobre pensionistas filhas solteiras no tribunal (separar as informações em dois blocos: filhas de magistrados e filhas de servidores). 1 – O número de pensionistas filhas solteiras existentes no tribunal. 2 – O valor anual gasto com as pensões das filhas solteiras no tribunal. 3 – Informar o número de filhas solteiras por faixa etária - até 21 anos; de 22 a 30 anos; de 31 anos a 40 anos; de 41 anos a 60 anos; de 60 anos a 80 anos; de 80 anos a 100 anos; acima de 100 anos. 3 – informar o número de filhas solteiras por faixa salarial – até R\$ 5.834,45; de R\$ 5.834,45 até R\$ 10 mil; de R\$ 11 mil a R\$ 20 mil; de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil; de R\$ 30 mil a R\$ 33.673; acima de R\$ 33.673.	SIM	–	NÃO
02/04/2019	44398/2019	FEMININO	Solicita, com base na Lei de Acesso à Informação: 1) Dados sobre o número de mulheres presas que têm filhos e que poderiam ser beneficiadas	SIM	–	NÃO

			com o habeas coletivo determinado pelo STF em fevereiro do ano passado (Habeas Corpus Coletivo nº 143.641). A decisão consiste em conceder liberdade provisória ou prisão domiciliar para as grávidas, lactantes e mães, acusadas de crimes não violentos ou praticado mediante grave ameaça. 2) O número de pedidos de liberação das mulheres beneficiadas pelo habeas, recebidos pelo Tribunal de Justiça. 3) Dos pedidos feitos quantos foram negados e quais as justificativas?			
03/04/2019	44272/2019	FEMININO	Solicita uma informação quanto a data da validade do concurso para provimento de diversos cargos efetivos, regido pelo Edital n. 001/2014, mas a pedido refere-se especificamente para o Cargo de Analista Judiciário Área Judiciária e Administrativa.	SIM	–	NÃO
04/04/2019	45251/2019	FEMININO	Solicita pesquisa sobre perda de cargo público decorrente de sentença penal condenatória.	NÃO	Trata-se de pedido de informação, formulado pela doutoranda <b>Anamaria Prates Barroso</b> , referente pesquisa empírica para saber o percentual de decretação da perda de cargo público nas sentenças penais condenatórias, tanto em crimes funcionais como em crimes comuns, quando ela não é obrigatória, ou seja, quando depende de motivação por parte do magistrado. Cumpre-me destacar que	NÃO

					<p>os critérios de fixação norteadores estabelecidos para a pesquisa em última análise apresentam-se inviáveis por busca automatizada, requerendo empreendimentos de grandes esforços que no momento não dispomos. Pelo fato do Tribunal de Justiça do Amapá, área de TIC, estar voltado para implementação do <b>Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas (SEEU/CNJ)</b> e planejamento para implantação do <b>Processo Judicial Eletrônico (Pje/CNJ)</b>, ambos de complexidade alta.</p> <p>Pelo exposto, no momento não será possível prestar as informações solicitadas, pois requer tratamento especial pelo nível de refinamento exigido (detalhamento), ainda que existente, para tanto, o pedido de informação torna-se inviável no</p>	
--	--	--	--	--	--	--

					momento, mesmo em se tratando de pesquisa empírica.	
05/04/2019	46739/2019	MASCULINO	Solicita informações sobre horário de expediente adotado pelo TJAP para os servidores do primeiro grau, bem como o valor do auxílio alimentação.	SIM	–	NÃO
03/05/2019	57629/2019	MASCULINO	Solicita, com Base na Lei de Acesso à Informação, base de dados editável; relativa aos agentes públicos (prefeitos, presidentes de câmaras municipais, secretários municipais/ estaduais e deputados estaduais), que tenham sido condenados por improbidade administrativa no âmbito desta instituição, no período de 2010 a 2018, cujos processos não tenham tramitados em segredo de justiça	SIM	–	NÃO
29/05/2019	69314/2019	FEMININO	Solicita o número de processos por aborto distribuídos no estado do Amapá no ano de 2018 e nos quatro primeiros meses de 2019 (até o final do mês de abril), segundo a tipificação nos artigos 124, 125, 126 e 127 do Código Penal brasileiro (códigos 10915, 10917, 10918 e 10919 da Tabela Processual Unificada do CNJ, respectivamente)	SIM	–	NÃO
11/06/2019	75392/2019	FEMININO	Solicita o número de precatórios devido por ano e o valor em reais. Por exemplo, em 2018 haviam x precatórios acumulados para serem pagos, o que equivale a Y reais.	SIM	–	NÃO
14/06/2019	76768/2019	FEMININO	solicita, com base na Lei de Acesso à Informação, os seguintes dados estatísticos: A quantidade de medidas protetivas usadas em defesa da mulher, no ano de 2018.	SIM	–	NÃO
24/07/2019	93649/2019	MASCULINO	Solicita orientações sobre a forma como pode	SIM	–	NÃO

			<p>acessar as seguintes informações: 1) O princípio da proibição da proteção deficiente por parte do Estado Juiz é utilizado neste Tribunal nas decisões oriundas das Câmaras Criminais? 2) Caso positivo, em quais situações se dá a aplicação desse princípio? 3) Caso positivo o item 1, essa aplicação ocorre em situações para denegar pedidos de liberdade provisória formulado em sede de habeas corpus? Assim, solicito acesso às referidas informações, tudo com base no direito fundamental de acesso à informação e em conformidade com os princípios básicos da administração pública tutelados pela Lei nº 12.527/11</p>			
26/07/2019	93804/2019	MASCULINO	<p>Solicita acesso ao número de magistrados de primeira e segunda instância nesse Tribunal de Justiça que fizeram jus, em 2018, ao recebimento de indenização por férias não gozadas (inclusive relativas a exercícios anteriores) e o valor total da despesa com esse item.</p>	SIM	–	NÃO
28/07/2019	94280/2019	MASCULINO	<p>Solicita lista contendo os números (numeração única CNJ) de todos os processos de 1º grau relacionados a falência e recuperação judicial distribuídos no estado entre os anos de 2000 e 2019. Ou seja, gostaria que esta lista contivesse os números de todos os processos que tenham como classe alguma das classes CNJ listadas a seguir (sem fazer qualquer filtro por assunto): Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Recuperação Judicial Recuperação Extrajudicial Habilitação de Crédito Pedido de Falência Autofalência Concordata Período: janeiro de 2000 e junho de 2019 (se possível)</p>	NÃO	<p>Em resposta a manifestação do interessado, que solicita lista contendo os números (numeração única CNJ) de todos os processos de 1ª grau relacionados à falência e recuperação judicial distribuídos no estado entre os anos de 2000 e 2019, para fins de projeto de pesquisa acadêmica sobre o funcionamento do sistema falimentar brasileiro.</p> <p>Segue abaixo:</p> <p>I) Considerando o despacho do Núcleo de Estatístico movimento ordem 2;</p>	NÃO

					<p>II) Considerando a implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje, Resolução 185/2013-CNJ, em fase inicial, (projeto piloto) no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá;</p> <p>III) Considerando a implantação do Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas - SEEU, Resolução nº 233/2016-CNJ, em fase de consolidação e expansão no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá;</p> <p>IV) Considerando o déficit de recursos humanos na área de TIC, anexo-I da Resolução 211/2015 do Conselho nacional de Justiça - CNJ, força de trabalho;</p> <p>Pelo exposto, no momento não será possível prestar as informações solicitadas, pelo nível de refinamento (detalhamento), exigindo grande esforço operacional e analítico que no momento não dispomos, necessário à extração dos dados.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>Secretaria e Gestão Processual Eletrônica - SGPE</p>	
--	--	--	--	--	---	--

14/09/2019	114919/2019	FEMININO	Gostaria de saber, através da Lei de Acesso à Informação, se vocês dispõem de qualquer tipo de dado referente a "devoluções de crianças adotadas", mesmo que números por cima, qualquer tipo de dado.	SIM	–	NÃO
23/09/2019	118692/2019	MASCULINO	Solicita lista contendo os números (numeração única CNJ) de todos os processos de 1º grau relacionados a falência e recuperação judicial distribuídos no estado entre os anos de 2000 e 2019. Ou seja, gostaria que esta lista contivesse os números de todos os processos que tenham como classe alguma das classes CNJ listadas a seguir (sem fazer qualquer filtro por assunto): Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Recuperação Judicial Recuperação Extrajudicial Habilitação de Crédito Pedido de Falência Autofalência Concordata Período: janeiro de 2000 a junho de 2019	SIM	–	NÃO
08/10/2019	125640/2019	FEMININO	Solicita acesso ao normativo que disciplinou o registro e transmissão das sessões dos órgãos colegiados do TJAP.	SIM	–	NÃO
31/10/2019	135067/2019	FEMININO	Solicita sejam fornecidos dados, em números absolutos e percentuais, acerca do quantitativo dos magistrados em atividade perante a 1ª e 2ª instâncias do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJ/AP). Para tal, requer que se apresente o nome, vara e gênero dos magistrados.	SIM	–	NÃO
22/11/2019	143153/2019	FEMININO	Solicita dados estatísticos em relação a homicídios dolosos consumados, no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.	NÃO	Após análise do Núcleo de Estatística, Secretaria de Gestão Processual Eletrônica e Departamento de Sistemas, venho informar que não há em nossa estrutura de dados informações objetivas referentes à homicídios dolosos consumados, ou seja, não temos como gerar	NÃO

					um mapa estatístico da referida informação. Atenciosamente, Luiz Henrique Paranhos Diretor - DESIS	
28/11/2019	144818/2019	MASCULINO	Solicita cópia da tabela de códigos de órgãos de origem de processos, prevista no art, 1º, § 6º, inciso VII da Resolução CNJ N° 65, de 16 de dezembro de 2008.	SIM	-	NÃO
03/12/2019	147368/2019	MASCULINO	Solicita informações sobre quais os sistemas que o tribunal deste estado utiliza e qual a competência para cada sistema? Por exemplo, PJE para ações dos juizados cíveis, e-Saj para ações comuns cíveis e penais. Também gostaria de saber se o existe divulgação de indisponibilidades programadas dos sistemas, se existe algum link em que eu possa acompanhar para obter essa informação, por exemplo, manutenções programadas	SIM	-	NÃO
05/12/2019	148877/2019	FEMININO	Solicita informação a respeito do processo 0016853-96.2018.8.03.0001, e gostaria, se possível, de receber alguma informação de em qual momento ele se encontra.	SIM	-	NÃO
30/12/2019	0052/2020	MASCULINO	Solicita relação contemplando o demonstrativo de processos, com sentença registrada, classificados conforme o Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, nas classes 2, 1106, 1107, 7 e nos assuntos 9597, 4847, 7621, 2477, 6038, no período de 19/10/2018 até 30/12/2019.	SIM	-	NÃO



## QUADRO RESUMO

<b>SOLICITAÇÕES REALIZADAS</b>	<b>25</b>
SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	23
SOLICITAÇÕES NÃO ATENDIDAS COM JUSTIFICATIVAS	02
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

**NÃO HOUE RECURSO EM NENHUMA DAS SOLICITAÇÕES**